

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 10, número 1 (2019)

ISSN: 2177-2886

Artigo

Gênero e Sexualidades na Construção de Espacialidades das Juventudes em Carangola, Minas Gerais

*Gênero y Sexualidades en la Construcción de
Espacialidades de las Juventudes en Carangola,
Minas Gerais*

*Gender and Sexuality in the Construction of Youth
Spaces in Carangola, Minas Gerais*

Ana Paula de Moura Varanda

Universidade do Estado de Minas Gerais - Brasil
varanda.anapaula@gmail.com

Matheus Vieira Barbosa

Universidade do Estado de Minas Gerais - Brasil
matheus_vieirabarbosa@hotmail.com

Leonardo Gomes de Souza

Universidade do Estado de Minas Gerais - Brasil
leonardogomes.jhs@gmail.com

Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro

Universidade do Estado de Minas Gerais - Brasil
jefersonflaja2015@gmail.com

Como citar este artigo:

VARANDA, Ana Paula de Moura; BARBOSA, Matheus Vieira ; SOUZA, Leonardo Gomes de; PINHEIRO, Jeferson Jose de Oliveira . Gênero e Sexualidades na Construção de Espacialidades das Juventudes em Carangola, Minas Gerais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 214-232, 2019. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Gênero e Sexualidades na Construção de Espacialidades das Juventudes em Carangola, Minas Gerais

Género y Sexualidades en la Construcción de Espacialidades de las Juventudes en Carangola, Minas Gerais

Gender and Sexuality in the Construction of Youth Spaces in Carangola, Minas Gerais

Resumo

O artigo apresenta os resultados do projeto de pesquisa ‘Gênero e Sexualidades na Construção de Espacialidades das Juventudes em Carangola (MG)’, apoiado pelo Programa de Apoio a Pesquisa (PAPq) da Universidade do Estado de Minas Gerais. O estudo tece uma análise sobre elementos percebidos na espacialidade das juventudes das áreas urbanas e rurais do município de Carangola (MG) que tendem a refletir e/ou a subverter interdições e hierarquizações advindas da conformação de identidades de gênero e de orientação sexual.

Palavras-Chave: Gênero; Sexualidades; Interseccionalidade; Espacialidades.

Resumen

El artículo presenta los resultados del proyecto de investigación ‘Género y Sexualidades en la Construcción de Espacialidades de las Juventudes en Carangola (MG)’, apoyado por el programa de Apoyo a la Investigación (PAPq) de la Universidad del Estado de Minas Gerais. El estudio teje un análisis sobre elementos percibidos en la espacialidad de las juventudes de las áreas urbanas y rurales del municipio de Carangola (MG) que tienden a reflexionar y/o someter interdicciones y jerarquías sucedidas de la conformación de identidades de género y de orientación sexual.

Palabras-Clave: Género; Sexualidad; Interseccionalidad; Espacialidad.

Abstract

This article presents the results of the research project ‘Gender and Sexuality in the Construction of Youth Spaces in Carangola (MG)’, supported by the Research Support Program (PAPq) of the State University of Minas Gerais. The study analyzes the elements perceived in the spatiality of the youths in Carangola (MG) that tend to reflect and / or to subvert interdictions and hierarchies resulting from the conformation of gender identities and sexual orientation.

Keywords: Gender; Sexualities; Intersectionality; Spatialities.

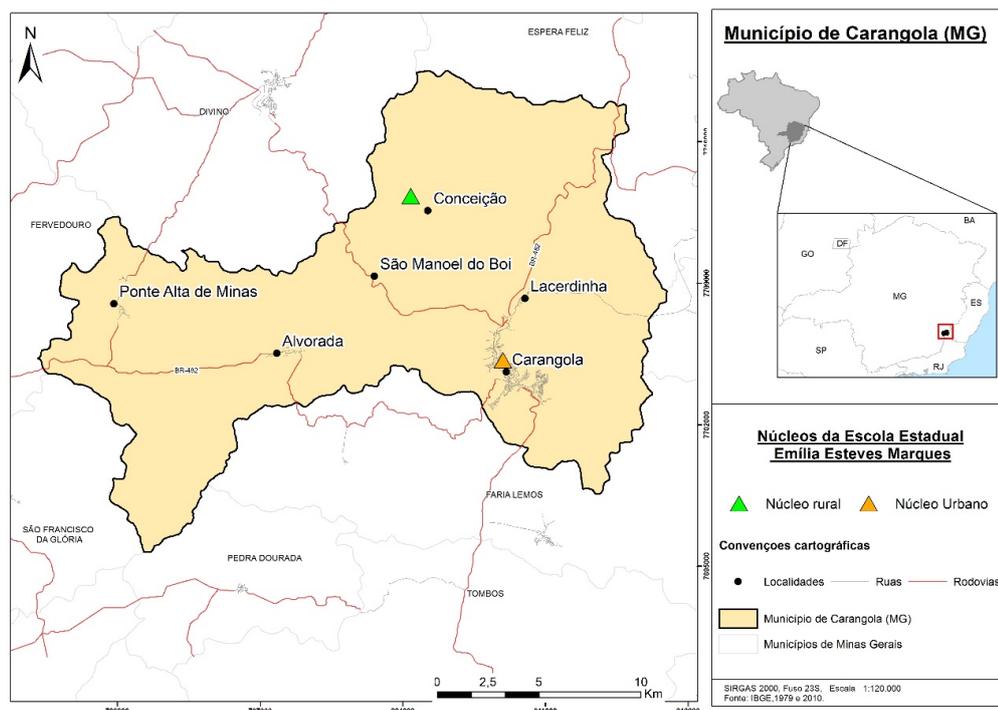
**Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro**



Introdução

Neste artigo discutimos os resultados do projeto de pesquisa “Gênero e sexualidades na construção de espacialidades das juventudes em Carangola”¹, desenvolvido através da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em parceria com uma escola estadual de ensino médio localizada no município de Carangola (MG), envolvendo a participação de suas unidades urbana e rural.

Figura 1 – Mapa de localização das unidades escolares (Carangola-MG)



Fonte: dados de pesquisa.

A elaboração do projeto vai ao encontro dos debates e das demandas crescentes levantadas por alunos da Universidade relacionadas às desigualdades de gênero e às experiências sociais de sujeitos não identificados com padrões heteronormativos hegemônicos. Estes questionamentos são direcionados tanto a vivência destas relações de opressão no âmbito da Universidade quanto nos espaços públicos e privados do município.

Enquanto professora e alunos dos cursos de licenciatura da UEMG é comum presenciarmos debates em sala de aula e no grupo de pesquisa² por nós integrado que demonstram as dificuldades das escolas do município em abordar o tema. A falta de preparo de professores e da comunidade escolar, a leitura imagética dos materiais didáticos centrada em representações sociais sexistas e heteronormativas, a percepção naturalizada do caráter patriarcal de um sistema baseado na vinculação binária entre sexo e gênero que reflete e impõe normas sociais responsáveis por alimentar disparidades são alguns dos

1 Projeto aprovado no âmbito do Edital (2017) do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

2 Núcleo de Estudos sobre Diversidades Socioculturais e Produção do Espaço (UEMG).

fatores mencionados como limitadores à criação de um ambiente de ensino favorável ao tratamento das questões relacionadas ao gênero e às sexualidades.

As desigualdades de gênero incidem sobre diferentes dimensões das relações sociais, com reflexos expressivos nas estruturas ocupacionais dos países e nas trajetórias educacionais e profissionais das mulheres e sujeitos que demonstram sexualidades e identidades de gênero que destoam do padrão heteronormativo e patriarcal dominante.

Mais especificamente é através das estatísticas e dados sobre feminicídios e violência contra a população LGBT³ que estas assimetrias de poder e hierarquizações sociais ganham maior destaque na sociedade. Neste aspecto, o Brasil, atualmente, apresenta a quinta maior taxa de feminicídios do mundo. Entre 2003 e 2013 houve um aumento de 21% nos homicídios de mulheres no país. Dentre as vítimas negras há um aumento de 66,7% nestas taxas ao longo deste período. A maior incidência das mortes é observada entre as mulheres jovens (WAISELFISZ, 2015:47).

Entre a população LGBT as principais denúncias de violências e atos discriminatórios são manifestadas por pessoas de sexo masculino (73%) e incidem de forma majoritária sobre a população preta/parda e jovem (faixa etária de 15 a 30 anos)⁴.

A estes dados e informações podemos acrescentar as múltiplas formas de discriminação e interdições socioespaciais presenciadas pelas juventudes em virtude da associação entre orientação sexual, identidade de gênero, classes sociais, pertencimentos étnico/raciais e territoriais.

A execução deste projeto de pesquisa atende à urgência de abrir os horizontes teóricos, metodológicos e ético-políticos que permeiam estas questões e à necessidade de se propor caminhos interpretativos que permitam contribuir na desconstrução de narrativas e discursos que vinculam o gênero e as sexualidades a valores morais, sociais, familiares e culturais legitimadores de práticas discriminatórias.

O trabalho pretende tecer uma análise sobre elementos percebidos na espacialidade das juventudes em Carangola (MG) que tendem a refletir e/ou a subverter interdições e hierarquizações advindas da conformação de identidades de gênero e de orientação sexual. Na abordagem sobre singularidades que caracterizam experiências socioespaciais distintas entre os (as) jovens em contextos urbanos e rurais do município, nos concentraremos em demonstrar a relevância da aplicação da ideia de interseccionalidade⁵ entre

3 Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

4 Dados obtidos através do Terceiro relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, publicado pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos em 2016.

5 O conceito de interseccionalidade surge a partir dos estudos feministas negros e de cor desenvolvidos nos anos 70 nos Estados Unidos. Para esta vertente do pensamento feminista, não é possível compreender a realidade das mulheres de cor (latinas, asiáticas, afro-americanas ou indígenas norte-americanas) nos Estados Unidos quando se considera as categorias que são dominantes entre os grupos sociais subalternizados (negro, mulher e pobre). Desta forma, chamam a atenção para as correlações entre pureza de categorias e as referências hierárquicas de que são portadoras. (LUGONES, 2008). Atualmente a ideia de interseccionalidade compõe “uma área de investigação que estuda os significados e as consequências das múltiplas pertencas categoriais” (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

referenciais sociais relativos às relações de gênero, sexualidades, pertencimentos étnicos, raciais, territoriais dentre outros.

As teorias feministas e os estudos descoloniais e pós-coloniais vêm se apoiando no conceito de interseccionalidade para demonstrar a natureza diferenciada e as assimetrias de poder provocadas pela incidência conjunta de categorias de pertencimento em determinados grupos populacionais (BRAH, 2006; CARBY, 1997; COLLINS, 2000; LUGONES, 2008). Considerando os efeitos destas múltiplas pertencimentos sociais sobre as juventudes, a pesquisa busca evidenciar as situações de opressão e de desigualdades exercidas sobre dimensões relacionadas ao plano da economia, das formas de conhecimento, das relações intrafamiliares e dos vínculos com um conjunto mais amplo de práticas sociais. Estes referenciais também assumem importância na compreensão de diferentes sentidos para as representações e espacialidades construídas pelas juventudes e que se entrelaçam em motivações, aprendizagens e experiências sociais percebidas de maneira diferenciada na produção de seus espaços vividos.

Em diálogo com um amplo debate conceitual sobre o tema, neste estudo compreendemos a juventude enquanto uma construção social múltipla e diversa, e não como uma categoria estabelecida apenas por critérios biológicos (BOURDIEU, 1983; CASSAB, 2011). Na expressão desta heterogeneidade encontram-se implicados e correlacionados fatores que decorrem da sua vinculação a classes sociais, gênero, sexualidades, raça/etnia, pertencimento territorial, religiosidades dentre outros aspectos que podem conferir expectativas distintas ao sentido de ser jovem em contextos específicos.

A interseção dos fatores mencionados acima pode resultar em situações de desigualdades, mas também na percepção de diferentes culturas juvenis e suas representações socioespaciais. Tendo em vista a compreensão do caráter de construção social dos conceitos de jovem e de juventude e de suas múltiplas formas de realização, programas e ações governamentais, assim como estudos e pesquisas desenvolvidos no país nas últimas décadas, têm utilizado o termo “juventudes” como forma de enfatizar a percepção de seu viés diverso.

De forma similar, compreendemos as categorias gênero e sexualidade como sendo delimitadas e construídas a partir de determinados marcos socioculturais, sendo exercidas e inscritas nas trajetórias e nos contextos de vida dos sujeitos participantes da pesquisa. Embora entenda que o gênero não decorra do sexo, Butler (2003) argumenta que a análise sobre a sexualidade não deve ser radicalmente desvinculada da análise do gênero. No entanto, para a autora a sexualidade assim como o gênero não são biologicamente determinados, antes compreendem uma prática discursiva e culturalmente determinada. Em especial, no que se refere às relações de gênero, Butler (2003) destaca seu caráter performático e repetitivo na construção e produção de significados inscritos em determinadas temporalidades. Na identificação do caráter performático do gênero, como a encarnação de uma espécie de “ritual social”, a autora também percebe a possibilidade da afirmação de subversões na deslegitimação de relações de poder sob as quais se assentam hierarquizações e desigualdades sociais.

Este projeto de pesquisa se concentra em demonstrar de que forma essas hierarquizações e desigualdades sexistas se manifestam na vivência e na

**Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro**

produção de espacialidades das juventudes no município de Carangola. A espacialidade é compreendida neste estudo enquanto produto de inter-relações entre sujeitos, manifestando-se como uma importante expressão de formas de apropriação, representação e organização espacial (MASSEY, 2008).

Neste sentido, a pesquisa pretende trazer à reflexão os modos como estas espacialidades reafirmam e/ou subvertem normas e valores sociais associados a um marco heteronormativo hegemônico e às delimitações socioespaciais que resultam da criação de linhas imaginárias entre significantes associados às relações de gênero na sociedade.

As atividades de investigação vêm sendo realizadas tendo como base empírica uma escola pública de ensino médio do município, em suas unidades urbana e rural. O estudo assume caráter fundamentalmente qualitativo e seus instrumentos e técnicas de investigação sustentam-se nos princípios da observação participante, admitindo-se o emprego de métodos diversificados para a aproximação com os (as) jovens e demais sujeitos participantes das atividades de investigação. Fizemos uso, principalmente, de anotações, na forma de diários de campo, com o registro de impressões e narrativas observadas em reuniões com diretores, supervisores e professores da escola pública em questão. Estes encontros foram organizados para o debate de questões principais suscitadas pelo projeto e para o planejamento das atividades de pesquisa junto aos (às) alunos (as).

Os primeiros contatos com os (as) estudantes e suas impressões iniciais sobre os temas abordados pela pesquisa foram realizados através da aplicação de oficinas com duas turmas que cursam o ensino médio em uma escola estadual localizada no município de Carangola, compreendendo suas unidades urbana e rural. As atividades contaram com a participação de cerca de 70 alunos (as) dos dois núcleos e foram organizadas em duas etapas ao longo de um mesmo dia. Na primeira parte do trabalho os alunos foram convidados a observar uma instalação criada por nossa equipe de pesquisa em uma sala da escola, com a fixação de cartazes e a apresentação de alguns vídeos que problematizavam questões relacionadas a desigualdades em divisões de tarefas, ocupações e espaços associados a presença feminina e masculina na sociedade. Os materiais também abordavam dimensões relativas a cidadania e a violência contra as mulheres e a população LGBT.

Figura 2 – Oficina realizada da Escola Estadual Emília Esteves Marques



Fonte: da autoria.

**Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro**

Após esta primeira etapa de observação, realizamos uma roda de diálogo sobre as impressões dos alunos em relação aos temas e questões suscitadas pelos materiais expostos. Os principais elementos trazidos ao debate neste momento faziam referência às formas de opressão, às desigualdades associadas às normas e divisões de tarefas intrafamiliares, ao carácter patriarcal subjacente às expectativas profissionais e de comportamentos sociais associados a homens e mulheres, aos modelos heteronormativos de família, ao feminicídio e à violência contra a população LGBT. Neste último aspecto, os debates giraram em torno das formas de aceitação/não aceitação da presença destes grupos nos espaços públicos e estabelecimentos comerciais do município. Através da narrativa de alunos LGBTs foram elencados espaços onde se sentem seguros, outros considerados hostis e estratégias utilizadas para frequentá-los.

Figura 3 – Oficina realizada da Escola Estadual Emília Esteves Marques



Fonte: da autoria.

A partir da seleção de jovens que participaram destas primeiras oficinas, foram constituídos grupos focais. Os (as) participantes foram identificados (as) através do inter-relacionamento de categorias principais que estabelecem especificidades e modos singulares de segregação expressivos para a abordagem desenvolvida neste estudo. Neste sentido, a delimitação destes grupos levou em consideração o entrelaçamento dos seguintes perfis: jovens moradores de áreas rurais e urbanas, identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia.

Nos itens a seguir apresentamos uma análise sobre aspectos principais observados e debatidos ao longo das atividades de pesquisa realizadas nas escolas. Nestas reflexões, destacamos: I) a lógica binária, sob a qual se assenta o pensamento moderno, responsável pela criação de uma relação de oposição e exclusão, a partir de significantes masculinos e femininos. Neste aspecto, são enfocados os modos como estes significantes encontram-se associados às divisões de tarefas intrafamiliares, à configuração de espaços e atividades de lazer e entretenimento diferenciados e ao espaço-tempo das práticas econômicas que caracterizam as ideias de produção/reprodução social. II) as formas como as espacialidades desenvolvidas por gays, lésbicas, transexuais, travestis e outros grupos tendem a desestabilizar e a ressignificar representações hegemônicas de masculinidade e feminilidade. II) o modo

**Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro**

como as escolas, como espaços privilegiados de formação e de socialização dos (as) jovens, vêm desenvolvendo práticas educativas no enfrentamento às desigualdades e às diferentes formas de discriminação em virtude de orientação sexual e de identidade de gênero.

Hierarquizações de gênero e sexistas na produção e afirmação de espacialidades das juventudes

As desigualdades sociais presentes entre as esferas pública e privada surgem como argumento central para o desenvolvimento das primeiras correntes do feminismo. Na percepção de Pateman (2013), em geral, estas vertentes sustentam suas interpretações a partir de uma noção liberal/burguesa do privado e do público, compreendendo os direitos das mulheres como extensão dos direitos dos homens, atendendo a uma perspectiva universalista.

A própria separação entre estas esferas surge como um traço do caráter patriarcal do Estado liberal. Desta forma, a vida doméstica é tomada como privada e apartada da sociedade civil e destituída de qualquer sentido político. Esta dicotomia atua de forma ativa na invisibilização dos modos como as mulheres são subjugadas aos homens no interior de uma ordem que se faz crer igualitária. Nesta ordem a vida pública e a participação em instâncias da sociedade civil são construídas sob princípios que, apesar de aparentemente serem apresentados como universais, têm como referência indivíduos brancos e de sexo masculino (PATERMAN, 2013).

Em uma primeira fase do pensamento feminista ocidental (fins do século XVIII e início do século XIX) esta separação não é problematizada no sentido de trazer à reflexão os modos como as circunstâncias pessoais são influenciadas por decisões tomadas nas instâncias públicas, como, por exemplo, medidas que decorrem de associações entre atividades “supostamente” femininas a um significante que é desvalorizado socialmente. O público e o privado não são percebidos como interligados a partir de parâmetros que regem uma sociedade heteronormativa e patriarcal. Neste momento “o feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública” (MIGUEL e BIROLI, 2013:8).

As principais reivindicações do movimento feminista nesta fase dizem respeito à igualdade no plano da educação, do direito ao voto e à propriedade, do casamento e outras pautas que refletem um viés classista liberal. As primeiras abordagens relacionando gênero e classes sociais ocorrem no século XIX, com o surgimento de correntes feministas socialistas, mas que não lograram o alcance e a visibilidade do movimento sufragista. Conforme descrevem Miguel e Biroli (2013) o movimento feminista ganha expressão e assiste à implantação de suas pautas iniciais ao longo século XX, quando também experimenta uma ampliação de questões a serem incorporadas às suas lutas como os direitos reprodutivos e as sexualidades. Emerge neste contexto a figura de Simone de Beauvoir, com a publicação de “O Segundo Sexo”, em 1949, como importante referência aos processos de subjetivação e à construção social do feminino na sociedade. Beauvoir se tornaria a precursora das questões levantadas pela segunda onda do feminismo que marca os ativismos e

**Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro**

o pensamento feminista ao longo dos anos 60 (MIGUEL e BIROLI, 2013:13).

Realizando uma análise crítica do movimento feminista de segunda onda, Nancy Fraser (2009, 2017) levanta suas virtudes na proposição de argumentos contra o economicismo e a afirmação de direitos de cidadania que confrontavam valores capitalistas. No entanto a autora constata que desde o seu início o movimento assumiu um caráter ambivalente e que, atualmente, tende a por ser assimilado pelo neoliberalismo, concentrando suas pautas em conquistas sociais sustentadas em uma pretensa “identidade de gênero” que remete aos estilos de vida das mulheres brancas e de classe média. Destas visões também emergem noções que advogam uma “emancipação” feminina baseada em um discurso de igualdade que mascara interesses econômicos e ignora os contextos sociais e as trajetórias de vida das mulheres. Neste aspecto, não é suficiente supor que as mulheres tenham acesso às atividades profissionais e aos direitos dos homens, mas uma disputa simbólica sobre os critérios de valorização destas atividades que relegam as ocupações tradicionalmente associadas às mulheres a uma condição inferior.

Uma terceira fase do movimento feminista é representada pelas ativistas interseccionais em seus vínculos com os estudos descoloniais e o movimento Queer⁶. O conceito de interseccionalidade é introduzido nos estudos sobre gênero nos anos 70 a partir das contribuições advindas das feministas afro-americanas. Fundamentando-se na crítica feminista estabelecida por estas vertentes, Avta Brah (2006), Gibson-Graham (2002), Haraway (1988) e Lugones (2008) refletem sobre a necessidade da produção de uma epistemologia feminista de forma situada e articulada a categorias que são expressivas na configuração de mecanismos de subalternização e invisibilização de experiências sociais que remetem aos contextos socioeconômicos e culturais em que se inserem as mulheres.

No âmbito deste movimento há muita controvérsia sobre qual seria o legítimo “sujeito” do feminismo. Se, por um lado, estas correntes partem de um consenso em torno de uma crítica ao sujeito essencializado “mulher” vigente na trajetória dos estudos feministas e afirmam as características atribuídas ao gênero como produto de relações sociais e historicamente situadas, por outro, discordam quanto a dissociação entre sexo e gênero, proposta por Butler (2003), no que se refere a abertura do referencial de lutas feministas à incorporação de outros grupos sociais.

Autores como Miguel e Biroli (2013) embora aceitem a argumentação de Butler (2003), centrada na não vinculação imediata entre gênero e sexo, alertam para o sentido histórico em que o feminismo, enquanto movimento social, se constitui, a partir da sua insurgência aos sistemas sociais opressores fundamentados nas relações sexo/gênero, nas quais o gênero está associado a um sexo biológico.

Nas análises decorrentes de nossas atividades de pesquisa concordamos em parte com os argumentos trazidos por estas duas posições. Em nossa opinião o

6 Palavra de origem inglesa utilizada inicialmente com um cunho pejorativo para designar pessoas que possuam um comportamento social considerado desviante. Atualmente a expressão Queer expressa uma área de estudos e de ativismo bastante ampla que decorre das aproximações entre teorias feministas e estudos gays, lésbicos, bissexuais e transexuais.

foco desta discussão deveria se concentrar em estratégias que possam atuar na unificação de pautas comuns e que permitam dar visibilidade a distintas perspectivas sociais derivadas de experiências e práticas associadas a um significante feminino na sociedade. Discordando de Miguel e Biroli (2013) compreendemos que não necessariamente a categoria “mulher” deveria ser tomada como unificadora destas questões⁷.

Na ideia de interseccionalidade podemos encontrar um importante recurso interpretativo a esta multiplicidade de experiências sociais e seus vínculos com as sexualidades. Em especial nos concentraremos em destacar o modo como a fusão entre categorias de pertencimento relacionadas às sexualidades, gênero, raça/etnia, classe e espaço influenciam trajetórias e conferem perspectivas de vida distintas à juventude do município de Carangola.

Espacialidades sexistas e heteronormativas: possibilidades e desafios à construção de estratégias de resignificação e subversão

Neste item nos propomos a analisar aspectos da espacialidade dos (as) jovens que tendem a reafirmar e/ou a conferir estratégias de subversão e de resignificação de representações associadas às ideias de masculinidade e feminilidade. Para tanto, nosso primeiro questionamento se dá quanto ao significado do termo espacialidade que norteia nossas análises.

Doreen Massey (2008) nos oferece uma intrincada e perspicaz articulação sobre essa temática. Ela constrói sua teoria a partir de três proposições bases, a saber: espaço como produto de inter-relações; o espaço como esfera da multiplicidade; o espaço como algo inacabado, um devir, algo sempre em construção.

Em suas reflexões Massey (2008) enfatiza a percepção do espaço na configuração política da sociedade, logo, pensar o espaço é refletir e construir política. Assim, encaramos a construção da espacialidade, também, como um jogo político. Essa linha de raciocínio vem ganhando força nos últimos tempos porque “combina bem com a emergência [...] de uma política que tenta comprometer-se com o antiessencialismo” (MASSEY, 2008:30).

Nas nossas oficinas essa realidade se demonstra a partir da observação de narrativas que vinculam espaços sociais e tarefas a grupos específicos. Uma visão essencializada que, em geral, desvaloriza práticas sociais associadas a um significante feminino e o vincula a tarefas associadas ao ambiente doméstico e à atividades profissionais características e, portanto, a espacialidades bem determinadas e demarcadas. Ao nos falar sobre a divisão de tarefas estabelecidas em sua casa, Joana⁸ revela o consenso de membros de sua família quanto à associação entre o feminino e as tarefas do lar, ou seja, a espaços como a cozinha:

7 Nas oficinas com os (as) jovens uma questão bastante enfatizada pelos grupos diz respeito ao modo como contra gays e transexuais estão mais expostos a atos de violência pelo fato de apresentarem um comportamento considerado como ‘afeminado’.

8 Os nomes mencionados nesse trabalho são fictícios a fim de se resguardar a identidade dos (as) alunos (as) participantes.

Meu padrasto, ele é mais antigo né [...] então ele fala que não pode né ?homens desempenharem tarefas domésticas? [...] o meu irmão não faz nada, só eu que arrumo ?a casa mesmo? [...] ele fala que é a mulher que tem que fazer tudo... a mãe trabalha fora, chega em casa toda cansada do serviço e ainda precisa fazer a janta, lavar vasilha.

Em geral, o trabalho destinado à reprodução social, majoritariamente realizado por mulheres, é invisibilizado e compreendido como não produtivo em nossa sociedade. Até mesmo políticas direcionadas à “inclusão produtiva de mulheres” tendem a ignorar a importância dessas atividades na criação das condições básicas para as relações de assalariamento e na reprodução de formas de discriminação que conferem às mulheres uma jornada exaustiva de trabalho e a vivência de formas de discriminação nos ambientes domésticos.

Uma política que lute pelo antiessencialismo nas relações de gênero seria aquela capaz de dialogar com o caráter dinâmico das diferentes realidades vividas por grupos sociais em razão de sua vinculação a múltiplas categorias de pertencimento subalternizadas em nossa sociedade. Essa política de enfrentamento a identidades estáticas e “acabadas” parte da realidade já enunciada por Stuart Hall (2015:9): “as identidades modernas estão sendo ‘descentradas’, isto é, deslocadas ou fragmentadas”. Hall (2015) está nos afirmando que na modernidade a ideia de uma identidade sólida⁹ e a sua construção como algo não processual e orgânico está se desfazendo ou, no concreto do existir, nunca ocorreu. Isso se deve a um incrível jogo político emergente nos últimos tempos.

A política que se compromete com o antiessencialismo e que, por isso, está norteando a discussão espacialidade/política se desenvolve a partir de uma lógica que considera o identitário como algo não finalizado, ou seja, não pronto e acabado: o político aqui “considera a constituição dessas próprias identidades e as relações através das quais elas são construídas como sendo um dos fundamentos do jogo político” (MASSEY, 2008:30).

Na visão de uma das participantes da pesquisa, Luana, isto é demonstrado em suas afirmações sobre as divisões das tarefas domésticas em sua casa: “*Na minha casa é assim [...] a gente divide as tarefas, e foi espontâneo, tipo, um tem que ajudar o outro*”.

Luana parte da noção de que a divisão equânime das tarefas entre homens e mulheres deve ser vista como algo espontâneo, mas é possível perceber que mesmo esta espontaneidade narrada pela jovem é feita sob o manto de diversas negociações. Tal divisão igualitária também é compreendida como algo “estranho” ao contexto social vivido pela jovem.

Nas narrativas da maioria dos/as jovens entrevistados/as percebe-se que as vinculações entre: feminino, tarefas de casa e espaços de trabalhos domésticos é uma edificação que a cultura hegemônica evidenciou como sendo parte integrante da identidade feminina. Na percepção dos (as) alunos (as) do núcleo rural da escola integrante da pesquisa, estas divisões são ainda mais rígidas. Conforme esclarece uma das alunas:

⁹ Sólida aqui está nos termos de Zygmunt Bauman (2001). Para esse autor esse termo é sinônimo de inflexível, até certo ponto, encarado como pronto e perene.

Aqui é mais mulher em casa, serviço de casa, e o homem trabalha na roça [...] Mas se bem que aqui tem muita mulher que ajuda na roça [...] A mulher fica muito sobrecarregada, tem que dar conta de casa e na roça.

Outra aluna, também moradora da área rural do município, chama a atenção para as pressões que as mulheres rurais sofrem para formarem suas famílias logo que completam dezoito anos:

É, eles [familiares] colocam pressão pra eu casar logo, porque eles falaram que eu tô ficando velha [...] Porque todo mundo casou com dezoito anos, e eu com dezoito não tenho namorado.

O fato de na casa de Luana a organização político-espacial ter-se reconfigurado para uma divisão igualitária das tarefas demonstra um deslocamento identitário que altera as normas sexistas e heteronormativas, tradicionalmente, presente nos ambientes domésticos brasileiros.

Nessa perspectiva, uma política anti essencialista deve estar mais preocupada com os meios do que com os fins, isto é, precisa estar mais focada no processo de construção identitária do que com o resultado dessa construção que, aliás, não chega a se tornar um produto acabado. Isto porque é no processo de construção identitária que as espacialidades se estruturam e assumem significado. É nesse sentido que a autora afirma que:

[...] a política de inter-relações reflete, portanto, a primeira proposição, de que o espaço, também, é um produto de inter-relações. O espaço não existe antes de identidade/entidades e de suas relações (MASSEY, 2008:30).

Conclui ela que as “identidades/entidades, as relações ‘entre’ elas e a espacialidade que delas faz parte são todas constitutivas” desta percepção política (MASSEY, 2008: 30).

No momento em que os/as jovens e professores/as integrantes das oficinas são questionados/as sobre a participação de homens e mulheres em determinadas profissões, essa proposição sobre o espaço se encarna no debate. A professora de uma das turmas faz a seguinte afirmação: “*Eu acho que eles associam a profissão a sexualidade da pessoa, por exemplo, tem muita gente que se ver um homem trabalhando no salão, já fala: “ah esse é gay”.*”

Uma das conclusões mais evidentes, a partir desta e de outras falas expostas nestas dinâmicas, é a vinculação dos profissionais da beleza ao feminino, por consequência, os espaços desses profissionais são percebidos a partir de significantes femininos que, em muitas situações, são desvalorizados socialmente. Esse espaço só é encarado desta forma pelo fato de estar pautado por um imaginário social heteronormativo e sexista que, além de mediar práticas sociais mais amplas, também se faz presente na estrutura ocupacional do país.

Desta forma, ao compreendermos a noção de espacialidade como produto

Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro

de inter-relações refletimos sobre estratégias de resistência a espaços-tempos identificados a partir destes padrões; ou pautados pelo que Judith Butler (2003:194) chamou de “heterossexualidade idealizada e compulsória”.

É nesse contexto que os “performativos” (BUTLER, 2003:194) se manifestam. A autora entende que esse adjetivo guarda em seu significado as estruturas identitárias que “são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2003:194), ou seja, diante da realidade assume-se o comportamento condizente com a heterossexualidade compulsória ou um comportamento de enfrentamento dessa chaga.

Uma participante das oficinas, Silvia, faz uma observação que encarna parcialmente esse conceito da autora.

Na sociedade, o casal padrão é homem e mulher. O preconceito não é só contra gay e contra lésbica [...] Se eles veem uma mulher nova com um homem mais velho: “ahh, tá interessado no dinheiro”, ou se vêem ao contrário, fazem o mesmo comentário. Então hoje em dia o preconceito se expande muito.

A aluna deixa evidente que a performance aceitável em sociedade é aquela norteadada pela prática heterossexual, mas mesmo essa prática é atravessada por um conjunto de outros fatores que podem considerar atípicas determinadas configurações.

Outras narrativas de alunos/as também explicitam a forma como padrões heteronormativos interferem em escolhas, normas estético-comportamentais e possibilidades de inserção profissionais.

Eu tenho um amigo que ele recebe preconceito do patrão dele. Ele é gay, só que ele não se assume, porque o patrão dele já falou, que com ele, ele não aceita pessoas gays trabalharem com ele.

[...] tem profissões que é muito raro você ver uma mulher exercer, igual eletricista... Hoje em dia é muito difícil você ver. Mas agora as mulheres estão requerendo [...] Antigamente, não tinha mulher que sabia trocar chuveiro, saber mexer na parte elétrica... Hoje em dia já tem, é igual posto de gasolina... Elas já ocupam o espaço delas. [...] É muito difícil você ver mulher trabalhar em um táxi, e seria até melhor né, porque nós mulheres, pegando táxi com outra mulher, nos sentiríamos muito mais a vontade [...]

O conceito de performatividade, para Butler, ao mesmo tempo em que permite a compreensão de determinados padrões comportamentais condizentes com valores e normas culturais dominantes, também pode se revelar como um recurso analítico importante à interpretação de práticas sociais transgressoras dos estereótipos de gênero e sexualidade.

Esta segunda abordagem pode ser identificada em situações onde o sujeito, além de assumir para si um estilo de vida que respeite a sua sexualidade e sua identidade de gênero, ressignifica e/ou contrapõe expectativas sociais em torno

Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro

de práticas espaço-temporais. Essas reações tendem a ressignificar o uso de espaços por meio de comportamentos que podem ser percebidos como transgressores e, por vezes, com um caráter explícito de afronta à uma determinada ordem estabelecida. Luiza nos ajuda a entender isso quando em sua fala expõe a seguinte situação:

[...] eu cheguei na praça [...] tinha duas mulheres se beijando, sentadas uma no colo da outra [...] a praça não tinha quase ninguém, mas estava mulher sentada no colo da outra, se agarrando, se passando a mão, e isso era meio-dia.

Desta forma, temos que o jogo que constrói espacialidades está ligado as políticas construídas nas tramas de relações sociais que se pautam no processo de construções de identidades que não por acaso são desafiados e reformulados por gestos concretos aqui enunciados como gestos performativos.

Abordagens das categorias gênero e sexualidade a partir do ambiente escolar

Nesta seção apresentamos as principais características pertinentes ao modo como a escola estadual que participou desta pesquisa vem abordando as categorias gênero e sexualidade a partir do ambiente escolar. Identificamos nestas abordagens e na percepção dos (as) jovens que participaram das atividades de pesquisa, a tendência à reprodução de condutas e de imaginários associados às representações familiares patriarcais, às desigualdades de gênero em divisões de tarefas sociais, nas atividades de lazer, em normas intrafamiliares e na inserção econômica dos (as) jovens do município.

Através do debate de questões orientadoras propostas a um grupo focal de alunos (as) da comunidade escolar, foi possível inferir que o colégio que abrigou as atividades de pesquisa atua parcialmente na abordagem sobre as múltiplas dimensões envolvidas nas questões sobre gênero e sexualidade que impactam a vida dos (as) alunos (as). É importante destacar que ao longo de reuniões e encontros realizados na escola, a direção sempre se mostrou sensível à incorporação de questionamentos e sugestões trazidos por nossa equipe de pesquisa, no entanto, percebemos que a abertura ao diálogo e ao reconhecimento das identidades dos (as) alunos (as) LGBTQs ainda é um desafio.

Ao constatar que alunos (as) transgêneros evitam frequentar os banheiros da escola com receio de agressões físicas e verbais dos demais alunos (as), a direção da unidade escolar afirma que pretende abrir um banheiro específico destinado a estes (as) alunos (as). A iniciativa pode ser interpretada de forma positiva mediante o contexto de agressões relatado, no entanto, ao pretender identificá-lo com a placa “banheiros de funcionários da escola”, sem maiores problematizações ou medidas de enfrentamento ao preconceito pela comunidade escolar, a direção opta por invisibilizar e por negar o direito à afirmação da identidade de gênero destes (as) alunos (as).

Ao longo das atividades de pesquisa também foi possível perceber uma certa insegurança da direção ao expor opiniões e responder a determinados

**Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro**

questionamentos nossos. É importante assinalar que tanto no núcleo urbano quanto no rural da escola em análise notamos uma ausência de sensibilização prévia no que se refere às questões e temáticas levantadas pela pesquisa. No núcleo rural da unidade escolar nossas atividades, inicialmente, foram confundidas com orientações quanto a métodos contraceptivos e demais conteúdos voltados à educação sexual.

Constatamos também a ausência de práticas didáticas e materiais pedagógicos que abordassem discussões sobre gênero e sexualidades. Os relatos de alunos (as) LGBTQs que integraram as atividades de pesquisa chamavam a atenção para o formato de família patriarcal e heteronormativa presente nos livros didáticos e para as diferentes formas de repressão às expressões de uniões homoafetivas entre os (as) estudantes.

Quando questionadas (os) sobre como a escola enxerga a união homoafetiva no espaço escolar, Helena, uma das participantes da pesquisa, expôs a seguinte opinião:

Os que implicam mesmo é o pessoal da direção, os alunos mesmo não falam nada não [...] se uma menina sentar no colo do menino pode, mas aí se duas (meninas), nem precisa ser (lésbicas), sentam no colo uma da outra, eles já chegam gritando, falando que isso não é lugar.

De uma maneira geral os (as) alunos (as) alegam que demonstrações de afeto entre casais gays e de lésbicas tendem a sofrer maior repressão nos espaços comuns da escola. Os modelos de família heteronormativos e patriarcais contidos nas leituras imagéticas de cartazes e livros didáticos utilizados pelos (as) professores (as) também contribuem para reafirmar um imaginário social que tende a criminalizar outros formatos de relações afetivas. Cabe também ressaltar a falta de representatividade de situações familiares comuns entre os (as) alunos (as) participantes da pesquisa, marcadas pela ausência de uma figura paterna.

Helena ressalta que o único modelo de família presente nos livros é o heterossexual: "*É, realmente, sempre tem é só o homem e a mulher [...] É muito raro ter alguma coisa falando sobre dois homens e duas mulheres, só quando, dependendo do livro, entra nesse assunto, mas é bem pouco.*"

Ainda no âmbito destas discussões, um aluno ressalta a importância do caráter processual na abordagem destas questões, o que deveria ocorrer desde os primeiros anos de escolarização e não apenas na fase da adolescência dos (as) estudantes.

Eu acho que [...] não adianta, por exemplo, introduzir algo na mente de alguém que está no terceiro ano do ensino médio, que já tem uma visão de mundo definida, isso tem que ser trabalhado desde cedo, por exemplo, nas séries primárias, que o aluno ainda tá desenvolvendo a visão de mundo que ele tem.

A escola desempenha um papel chave no tratamento da diversidade de situações que experimentam os (as) jovens em decorrência de suas identidades de gênero, orientação sexual, classes sociais, raça/etnia, pertencimento

**Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro**

territorial e outras categorias que conferem sentidos e expectativas distintas a esta etapa da vida.

A comunidade escolar ao identificar estes elementos de intersecção pode melhor atuar na contextualização de conteúdos e na incidência sobre fatores que se apresentam como determinantes ao desenvolvimento do percurso escolar dos (as) alunos (as).

Situações narradas pelos (as) alunos (as) vividas em seus contextos familiares e socioculturais têm implicações diretas em suas decisões e possibilidades de seguir ou não com os estudos, em suas escolhas profissionais e se expressam em seus rendimentos escolares.

Uma jovem que tem como companheira outra aluna da mesma escola e série aborda diversos dilemas vividos por elas a partir do momento em que suas famílias souberam do relacionamento das duas.

Ah, eles não aceitam não [...] Quando falaram um negócio meu aí, tomaram meu celular, me proibiram de andar com muitas pessoas, me trancaram dentro de casa, me levaram no psicólogo. Tudo isso tratando como se fosse uma doença [...] Já tem família que aceita, trata como normal.

Já chegaram a me trocar de escola por isso, eu estudava em outra escola, aí minha irmã ficou sabendo que eu estava me relacionando com uma menina de lá, aí achou que ia mudar alguma coisa, me tiraram de lá e me colocaram aqui. Não adiantou nada, porque a menina veio e mudou pra cá, estuda aqui também.

Como mulheres, as alunas também enfrentam muitos dilemas e dificuldades relacionadas à atribuição de tarefas domésticas e a expectativas em torno da escolha de profissões e possibilidades de seguirem com os estudos. A relação escola/trabalho se faz presente na realidade de muitos (as) alunos (as) entrevistados (as) e, em se tratando da realidade das jovens, esta relação é atravessada por inúmeras vulnerabilidades. É o que Luísa analisa em suas falas:

E você tem que passar de ano, tem que estudar. Aí perguntam: "Porque você não tá tendo nota boa?" [...] Se eu parar pra estudar, focar nos estudos.... cuidar de casa, limpar casa, se arrumar, tomar conta de filhos dos outros... não tem como.

Lá em casa é assim, eu tenho que levar ele [seu sobrinho] pra creche, depois tenho que vir pra escola, aí chego em casa, tenho que arrumar a casa até quatro e meia e buscar ele, e quando minha mãe chega, tem que tá tudo arrumado, porque se não ela fica brava e, tipo assim, as pessoas não valorizam.

Diante dessas reflexões, percebe-se que a comunidade escolar enfrenta enormes desafios ao lidar com múltiplas referências identitárias das juventudes. Esse ambiente representa um espaço privilegiado e fundamental

Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro

para o tratamento destas questões e para as possibilidades de se desconstruir referenciais de masculinidade, de gênero e de sexualidades que incidem sobre hierarquizações socioespaciais e relações de poder.

Considerações Finais

Com o intuito de tecer uma análise sobre a influência de categorias relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual na construção de espacialidades das juventudes em áreas urbanas e rurais do município de Carangola, os resultados do projeto demonstram que os (as) jovens integrantes da pesquisa enfrentam uma realidade complexa, onde os elementos mencionados acima influenciam sobremaneira o modo como se constroem suas espacialidades, suas expectativas profissionais e de ensino, dentre um conjunto mais amplo de práticas sociais.

As atividades de pesquisa também abordaram os desafios e o estado da arte atual em que estes temas vêm ou não sendo trabalhados a partir do ambiente escolar. Nesse aspecto, o projeto revela que os modelos de família heteronormativos e patriarcais hegemônicos devem estar no centro de disputas e estratégias de subversão e ressignificação que percebam o doméstico como espaço-tempo de intervenção política em nossa sociedade.

As escolas têm papel fundamental na desconstrução de estereótipos associados ao gênero e às sexualidades que tanto reafirmam hierarquizações sociais e relações de poder subalternizadas de uma diversidade de configurações sociais relacionadas aos modelos de família e às estruturas ocupacionais sexistas e racistas vigentes no país.

O pensamento feminista e LGBT contemporâneo cada vez mais tem se apoiado no conceito de interseccionalidade como um recurso interpretativo importante à compreensão de situações de maior grau de vulnerabilidade social decorrentes da conformação de identidades que resultam da fusão entre múltiplas categorias de pertencimento subalternizadas em diferentes contextos societários. Nesse sentido, ao aprofundarmos nossas análises sobre relações de gênero e sexualidades tendo como referência jovens, em sua maioria negros (pardos e pretos) e de baixa renda, moradores de áreas urbanas e rurais, o estudo enfoca uma realidade complexa e entrelaçada que não pode ser visualizada quando se aborda de forma isolada cada uma destas categorias, o que resulta em análises focadas em elementos que são hegemônicos dentro destas classificações.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329 - 376, 2006.

Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARBY, Harzel. White woman listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood. In: MIRZA, H. (ed). **Black British Feminist**. London e New York: Routledge, 1997, p. 45 – 53.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Revista Locus**, v. 7, n. 2, p. 145 – 159, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2000.

FRASER, Nancy. **Como o feminismo se tornou a empregada do capitalismo – e como resgatá-lo**, 2017. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/noticia/como-o-feminismo-se-tornou-empregada-do-capitalismo-e-como-resgata-lo>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, v. 14, n. 2, p. 11 - 33, 2009.

GOVERNO FEDERAL. **Terceiro Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**. Brasília: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the sciences question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575 - 599, 1988.

LUGONES, Maria. The Coloniality of Gender. **Worlds & Knowledges Otherwise**, v. 2, p. 1 - 17, 2008.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Introdução: teoria política hoje. In: _____. (org). **Teoria política feminista**: textos centrais. Niterói: Eduff/Editora Novo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, João Manuel. Os feminismos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **Ex æquo**, n. 22, p. 25 – 39, 2010.

PATERMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In:

Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (org). **Teoria política, feminista: textos centrais**. Niterói: Eduff/Editora Novo Horizonte, 2013.

WAISEFISZ, Julio. **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. Brasília: FLACSO, 2015.

Recebido em 02 de agosto de 2018.

Aceito em 09 de outubro de 2018.

**Ana Paula de Moura Varanda, Matheus Vieira Barbosa,
Leonardo Gomes de Souza, Jeferson Jose de Oliveira Pinheiro**

232